

EXTENSÃO INTEGRADA ENTRE ARQUITETURA E URBANISMO, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL PARA REQUALIFICAÇÃO URBANA, HABITACIONAL E JURÍDICO-SOCIAL NA COMUNIDADE DA PORTELINHA NO RIO DE JANEIRO

INTEGRATED EXTENSION PROGRAM AMONG ARCHITECTURE AND URBANISM, LAW AND SOCIAL SERVICE FOR URBAN, HABITATIONAL AND LEGAL-SOCIAL REQUALIFICATION IN THE PORTELINHA COMMUNITY IN RIO DE JANEIRO

Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira
Mestre (UFRGS) e Doutora (USP) em Direito do Estado
Procuradora do Município de Porto Alegre

Gabriela M. Lema Icasuriaga
Graduada em Serviço Social pela Universidade da la
República do Uruguai (1989), Mestre em Serviço Social
pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1997) e
Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do

Rio de Janeiro (2005). Professora Associada DPSS/Escola de Serviço Social - UFRJ

Sônia Azevedo Le Cocq dOliveira

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1979). Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1988). Doutora em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999). Professora Adjunta da UFRJ

Resumo: O presente artigo é um breve relato, em que se analisa e questiona uma experiência interdisciplinar de extensão realizada no âmbito dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Direito e Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro junto à ocupação denominada Portelinha, no bairro da Maré. Em 2008 houve a primeira notícia junto à Universidade sobre moradores ocupando o local, onde antes havia uma fábrica abandonada da empresa Quartzolit, localizada no Morro do Timbau, Bairro Maré, Rio de Janeiro, e que esta ocupação datava de mais de 5 anos antes. O trabalho sistemático iniciou em 2010, albergado nos Projetos de Extensão denominados: “Reprodução sócio-territorial em comunida-

des de baixa renda - Acompanhamento sociojurídico na implementação de políticas urbanas” e “Atelier Portelinha - Requalificação urbana e habitacional de fábrica ocupada para uso residencial no Complexo da Maré” e as autoras deste artigo foram coordenadoras de projeto.

Palavras-chave: Habitação, regularização fundiária, segregação urbana, violência

Resumen: El artículo aborda un breve relato em el que se analiza y cuestiona una experiencia interdisciplinar de extensión realizada em el ámbito de los cursos de Arquitectura y Urbanismo, Derecho y Servicio Social, todos cursos de la Universidad

Federal de Rio de Janeiro, en una ocupación com fines de habitación, denominada de Portelinha, localizada en la comunidade de Timbau, en el barrio Maré de la ciudad de Rio de Janeiro. El trabajo sistemático se inició en 2010, aglutinando proyectos de extensión que ya actuaban en varios cursos de la universidad, a saber: “Reproducción sócio territorial en comunidades de baja renta: acompañamiento sócio jurídico en la implementación de políticas urbanas” y un

proyecto resultante de este trabajo en el área urbanística: “Atelié Portelinha - recualificación urbana y habitacional de fábrica ocupada para uso residencial en el Complejo de la Maré”. Las autoras de este artículo fueron coordinadoras responsables de las actividades realizadas por los equipos de ambos proyectos.

Palabras claves: Habitación, regularización fundiária, segregación urbana, violencia.

1. Introdução - 2. A “Portelinha”: fábrica ocupada e função social da propriedade - 3. Saberes comuns e desafios técnico metodológicos na concretização do “fim social da propriedade” - 4. As tensões da extensão - 5. Notas - 6. Referências Bibliográficas

1. INTRODUÇÃO

O trabalho de extensão que apresentamos neste breve artigo é resultado da integração disciplinar de três unidades acadêmicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - a partir das demandas suscitadas por processos inscritos num território particular da cidade, conhecido como Complexo da Maré, área lindeira à Avenida Brasil, uma das mais importantes vias de acesso à cidade do Rio de Janeiro e vizinho do principal campus universitário da UFRJ. O Complexo da Maré é um bairro formado por dezesseis favelas na margem da Baía de Guanabara. Com aproximadamente 130 mil habitantes, segundo o Censo Demográfico IBGE de 2010, a Maré foi e tem sido objeto de várias ações, projetos e edificações visando a melhoria

das condições locais, inclusive da UFRJ, que mantêm uma unidade permanente de atendimento às demandas jurídicas, sociais e psicológicas de moradores desse bairro por meio da Divisão de Integração Universidade Comunidade - DIUC. Apesar de tantas intervenções, o Complexo da Maré ainda apresenta dados alarmantes de carências sociais, altos índices de violência, com presença permanente de várias facções do tráfico de drogas e ações policiais, assim como características físicas de vários trechos de urbanização precária que resultam em baixíssimas condições de habitabilidade.

Esta experiência de extensão se inicia com a demanda de algumas Associações de Moradores do Complexo da Maré para um trabalho direto nas favelas, ou seja, uma ação da universidade no território, que envolvesse o contato com a população das comunidades no seu hábitat, sem a rigidez dos programas de apoio preestabelecidos e formatados dentro da Universidade.

O trabalho junto a essa comunidade se inicia em 2008, a partir de contatos de aproximação mediados por instituições locais, principalmente, Associações de Moradores, Escolas Municipais e Organizações Não-Governamentais. As primeiras atividades em campo foram de aproximação com os moradores e de reconhecimento das dinâmicas territoriais, perpassadas cotidianamente pela violência explícita tanto do Estado, como dos grupos armados em disputa pelo controle de áreas para os negócios de fabricação e comercialização de drogas. Ressaltamos este aspecto, pois ele marcou todo o processo de intervenções das nossas equipes no território, desde as primeiras incursões, até o pedido de retirada da nossa presença em campo alguns anos depois.

O trabalho de extensão que ora se apresenta foi desenvolvido especificamente em um território onde antes havia uma fábrica abandonada da empresa Quartzolit, localizada no Morro do Timbau, inserido no complexo da Maré, e que então estava ocupado por moradores desde mais de 5 anos antes do início do trabalho de extensão. O trabalho sistemático em campo

inicia em 2010, albergado nos Projetos de Extensão denominados: “Reprodução Sócio-territorial em comunidades de baixa renda - Acompanhamento sociojurídico na implementação de políticas urbanas” e “Atelier Portelinha - Requalificação urbana e habitacional de fábrica ocupada para uso residencial no Complexo da Maré”.

2. A “PORTELINHA”: FÁBRICA OCUPADA E FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

O trabalho de extensão iniciou com uma fase de contatos e reconhecimento no Complexo da Maré, com um Projeto denominado “Território Atividade”, em duas edições, como elemento de integração e aglutinação de moradores. Organizado em conjunto com a comunidade da Maré, em locais reconhecidos como locus público (ocorreu em Praça Pública e, em outra edição, no pátio do Museu da Maré), a proposta foi colocar à disposição dos moradores alguns serviços básicos de cidadania e cultura/entretenimento, em uma data específica de atividade. Foram mobilizados órgãos públicos como previdência social, justiça do trabalho, serviço de confecção de carteira de identidade, dentre outros, bem como atividades comunitárias de música e teatro infantil. Essa parte inicial do trabalho de extensão teve importante papel para integração das equipes da UFRJ (professoras e primeiros alunos a se integrarem) e os moradores da comunidade.

Os primeiros alunos a se integrarem nesse trabalho foram aqueles selecionados a propósito de abertura de campo de estágio curricular aos sábados para alunos da Escola de Serviço Social, entre os quais foram priorizados os alunos trabalhadores com dificuldades de se inserir em campos de estágio durante a semana. Também participaram nessa primeira fase alunos do curso de Direito que já desenvolviam estágio curricular no Núcleo de Prática Jurídica junto ao Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidada-

nia, ligado à Divisão de Integração Universidade Comunidade - DIUC.

Nesse momento inicial, é que se especificou o modelo de trabalho com foco na comunidade da Portelinha, as datas e periodicidade das visitas à comunidade, bem como as questões de formação e de segurança das equipes da UFRJ.

Ficou definido, então, como território de atuação a comunidade da Portelinha. A Portelinha é uma ocupação irregular, para fins habitacionais, de fábrica abandonada que antes produzia peças pré-moldadas em cimento e seu abandono, há mais de quinze anos antes da intervenção da Universidade, deveu-se ao quadro de crescente violência na região somado ao esvaziamento da atividade produtiva na cidade do Rio de Janeiro, naquele período. Este tipo de assentamento para fins residenciais foi um fenômeno intenso no Rio na década de 90 de século passado e consistiu no “encortiçamento de carcaças”, ou seja, a subdivisão interna de fábricas abandonadas, que teve na região do Complexo da Maré, lindeira à Av. Brasil, um de seus pontos de concentração. Diferente do tipo de cortiço comum no Brasil, que subdivide sobrados, mansões e lotes não edificadas para fins residenciais, o encortiçamento de carcaça de fábrica possui algumas características específicas que trazem novas dificuldades para projetos que buscam atingir patamares necessários à segurança, salubridade, conforto ambiental e acessibilidade. As edificações fabris no Brasil, e este é o caso da Portelinha, geralmente possuem estrutura de concreto armado, vigas, pilares e lajes, de grandes dimensões na espessura e ferragem, o que inviabiliza sua destruição parcial ou total para adaptar o espaço ao novo uso. Esta característica dificulta a abertura de vãos para circulação, ventilação e iluminação, tornando-se, portanto, um importante aspecto do projeto. Ademais, a legislação que foca na regularização jurídica da posse e da propriedade também não é adequada à divisão espacial nesses encortiçamentos de carcaça. Essas as grandes dificuldades jurídico-arquitetônicas do trabalho de extensão.

O trabalho ficou definido com visitas semanais à comunidade, aos sábados, e eventualmente também aos domingos, com a presença das professoras coordenadoras de cada uma das três unidades acadêmicas: Arquitetura e Urbanismo, Direito e Serviço Social e mais os alunos bolsistas do Projeto de cada área. O grupo de alunos e professoras era orientado pela própria comunidade nas questões de segurança para o trabalho.

O local de encontro era um espaço deixado livre na própria antiga fábrica ocupada pela comunidade, um andar parcial, próprio para reuniões. Os demais andares foram divididos e ocupados por moradores, bem como as áreas livres no pátio da antiga fábrica foram ocupadas com construções para moradia.

A sistemática do Projeto foi baseada em duas partes: a) discussões teóricas realizadas, com encontros de estudo entre os integrantes, professoras e alunos das três áreas de conhecimento, para um debate com troca de experiências e de saberes; e b) trabalho de campo, com levantamento de documentação e atividades de aproximação com a comunidade. Ao lado dessas atividades, foram realizados outros eventos de extensão com debates, abertos à comunidade acadêmica, como por exemplo, coordenados pela área de arquitetura e urbanismo, palestras ministradas por dois profissionais convidados externos à UFRJ, com larga experiência em projetos efetuados com a participação da população local, incluindo a urbanização de assentamentos desprovidos de equipamentos e serviços urbanos básicos¹. Também outras atividades de extensão, como as relativas ao Fórum Social Mundial Urbano, que ocorreu nos dias 22 a 26 de março de 2010, com participação ativa das docentes desse Projeto, tudo de forma a que o Projeto de Extensão na Portelinha não fosse encastelado e separado de outras realidades acadêmicas. Essas atividades deram grande fôlego ao Projeto, que possibilitou a integração dos saberes em outros eventos e atividades.

A ideia básica na formulação da sistemática foi priorizar a relação entre ensino, pesquisa e extensão, proporcionando um lócus de estudo e pesquisa de questões teóricas simultaneamente à busca de respostas às questões postas pela realidade, que a todo o momento irrompe e tenciona os saberes e as práticas disciplinarmente enrijecidas.

3. SABERES COMUNS E DESAFIOS TÉCNICO METODOLÓGICOS NA CONCRETIZAÇÃO DO “FIM SOCIAL DA PROPRIEDADE”

A fundamentação conceitual e metodológica do trabalho de extensão está baseada na ideia de que o modelo de desenvolvimento do Brasil produziu cidades caracterizadas pela informalidade fundiária, cidades marcadas pela presença de assentamentos precários, onde a irregularidade é mais acentuada no processo de produção do lote de terra urbanizada, seja de favelas, loteamentos ou ainda de outros processos de acesso a moradia, como invasões e/ou ocupações em áreas consolidadas, como os centros urbanos e seus espaços abandonados em contínuo processo de deterioração. Os resultados têm sido, em todos os casos, a exclusão de parcelas significativas da população aos benefícios da urbanização, um padrão de crescimento urbano que resulta no aumento da pobreza e da violência. A informalidade acarreta em falta de segurança da posse deixando a população em situação de vulnerabilidade social, econômica e política.

A partir da Constituição de 1988, em decorrência das reivindicações populares, as políticas públicas passam a ser descentralizadas, com a exigência de participação da população, tendo o Município assumido a responsabilidade pela elaboração e implementação das políticas locais, inclusive a política urbana e habitacional. Posteriormente, com os novos instrumentos de política urbana definidos pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal Nº. 10.257/01) de 10 de julho de 2001, pelos instrumentos de participação popular (Re-

solução n.º 25 do Conselho Nacional das Cidades) a obrigatoriedade de aprovação em relação ao Plano Diretor (Resolução n.º 6 do Conselho Nacional das Cidades), a incorporação oficial de novos instrumentos de gestão democrática e atuação compartilhada dos entes federativos (Lei n.º 11683/03 e Decreto 5031/04; Lei Federal 11.107/05 - sobre consórcios públicos e Lei Federal 11.124/05 - sobre o SNHIS), pela MP 2220/01 (de 4 de setembro de 2001), pela Lei 11.481 (de 31 de maio de 2007) e pela Lei 11.977 (de 07 de julho de 2009); se abrem e demarcam novas possibilidades de abordagem das problemáticas presentes no espaço urbano. As novas possibilidades jurídicas, portanto, de regularização urbanística, para efetivar o acesso à moradia digna de amplas camadas da população, devem ser construídas a partir de reflexões que não se restringem a parcelas do saber técnico, mas precisam ser desbravadas nos desafios que situações sociais e históricas concretas colocam.

Nessa linha de problematização, foi constituída a equipe de trabalho junto à Portelinha, buscando fortalecer o conhecimento disciplinar de alunos e professores em articulação permanente com as exigências postas pela própria realidade histórica e cotidiana dos moradores locais. Cientes durante todo o processo que os objetivos do trabalho deviam ser claros e factíveis, isto é, comunicáveis entre todos os participantes e possíveis de serem alcançados. O eixo aglutinador, durante os dois anos de trabalho junto aos moradores, foi criar as condições reais para orientar o processo de regularização fundiária na compreensão da função social da propriedade.

O agravamento da questão fundiária e o maior acirramento dos conflitos pela posse e/ou pela regularização dos espaços urbanos, têm colocado a questão na ordem do dia nas esferas do executivo, legislativo e principalmente o judiciário - este palco final da maioria dos conflitos (fenômeno da judicialização da política e das relações sociais), possibilitando um espaço

de estágio de pesquisa e extensão, fundamental para a reflexão não só do problema e todos os efeitos decorrentes, mas também da crítica do saber e do atuar diferencial em relação ao papel que os profissionais produzem ou tendem a reproduzir na arena social e institucional no Brasil.

Consideramos, no entanto, que nenhum instrumento jurídico é suficiente para promover transformações estruturais em questões historicamente consolidadas pela ideologia da classe no poder e materializadas nas instituições vigentes. A possibilidade transformadora só é factível de acontecer quando o eixo central e significativo na intervenção descola-se para a questão social, buscando articular alianças e vencer resistências através de um trabalho coletivo de transformação do espaço urbano, no qual a população alvo consiga ser protagonista do processo numa gestão compartilhada com outros atores públicos e privados.

O trabalho social durante todas as etapas do processo buscou a viabilização da participação da população no projeto através do fornecimento de informações que pudessem capacitá-la inclusive para a avaliação e sustentabilidade da intervenção. Neste sentido, o Serviço Social teve um papel primordialmente de instrumentalizador e viabilizador das ações coletivas tendentes a superar o tratamento pontual e isolado com que vem sendo abordadas às reivindicações legítimas por acesso a moradia digna e melhores condições de habitabilidade em comunidades de baixa renda no Rio de Janeiro.

No âmbito da arquitetura e urbanismo, a ideia dessa experiência acadêmica de elaboração de proposta preliminar de intervenção arquitetônica e urbanística em território com este perfil tem origem no fato de que apesar dos assentamentos irregulares constituírem parte importante do tecido urbano de metrópoles, cidades grandes e médias no Brasil, pouco espaço ocupam na formação de arquitetos e urbanistas, subestimando assim as fun-

ções sociais destes profissionais, que têm no cerne de sua formação a tarefa de entender e mudar o espaço. Nesta linha, a ideia do Atelier Portelinha no âmbito da arquitetura e urbanismo foi concebida como experiência que propiciasse aos alunos do curso a oportunidade de conhecer, interpretar e projetar assentamentos urbanos que fogem aos padrões da cidade formal, suscitando nos alunos a elaboração de projetos a partir de soluções criativas e de baixo custo. As propostas dos grupos tiveram como meta responder aos principais problemas detectados na Portelinha, que são as condições de insalubridade, o extremo desconforto ambiental, o padrão de acessibilidade e os possíveis riscos decorrentes de afetação da estrutura de concreto armado da antiga fábrica.

Ficou claro que criar, inventar, reinventar, refazer, alterar, enfim, mudar o espaço é uma característica essencial daqueles que buscaram a arquitetura como campo de atuação profissional. Isto não significa que todos os arquitetos buscarão esta formação para habilitá-los a mudar o espaço, como também não significa que todos aqueles movidos pelo desejo de uma função profissional buscarão a arquitetura como campo de formação. Tais generalizações são obviamente equivocadas, mas é inegável que boa parte dos arquitetos percebe possuir tal traço. Este traço em geral é acompanhado de algumas habilidades como desenhar, imaginar espaços transformados, facilidade de interpretar diferentes modos de representação de figuras e por aí vai. O que interessa aqui é ressaltar que muito destas aptidões, facilmente compartilhadas por arquitetos, não se apresentam como habilidades humanas compartilhadas por todos. A discussão sobre características inatas ou não dos seres humanos foge da linha de raciocínio aqui pretendida. O que interessa assinalar é que muitas vezes as formas de representação gráfica, comumente adotadas por arquitetos, não são facilmente compreendidas especialmente por profissionais de outras áreas. Aqui é um exemplo em que houve grande integração entre os membros do Projeto oriundos de várias áreas.

Como se percebeu na descrição acima, foi possível integrar a universidade e a comunidade, que consolidou sua organização.

4. ASTENSÕES DA EXTENSÃO

A Portelinha possibilitou um espaço de ensino, pesquisa e extensão, fundamental para a reflexão não só do problema em questão e de todos os efeitos dele decorrentes, mas também da crítica do saber e do atuar, diferenciado em relação ao papel que os profissionais desempenham ou tendem a reproduzir na arena social e institucional no Brasil.

Os resultados da experiência não se materializaram como a equipe do projeto previu, muito menos como estava exposto no desenho formal do projeto. Numa breve avaliação de resultados podemos apontar diferentes áreas de impactos positivos e negativos do processo:

Devemos ressaltar como amplamente satisfatória a experiência didático pedagógica, envolvendo várias equipes de alunos, professores e profissionais que alcançaram um alto nível de entrosamento em função dos objetivos da intervenção, superando o olhar disciplinar e buscando a superação de obstáculos e limites institucionais, técnicos, jurídicos, financeiros, entre outros, que inúmeras vezes se interpuseram ao desenvolvimento do trabalho; também é importante frisar o acúmulo de conhecimentos e práticas que a experiência permitiu aos alunos envolvidos, contribuindo com uma formação profissional e cidadã de caráter integral.

A comunidade formou associação de moradores, ativa na busca de seus direitos, acompanharam todas as atividades do projeto e ficaram com o conhecimento dos procedimentos, contatos institucionais, instrumentos legais, que deverão ser seguidos caso futuramente decidam retomar o processo de regularização da posse do imóvel ocupado. Foi elaborado trabalho com diretrizes arquitetônicas urbanísticas preliminares, bem como a co-

munidade e a associação receberam o suporte jurídico de análise de documentação para ingressar com ação judicial adequada a resguardar seu direito de posse e de propriedade, com a escolha da usucapião coletiva como instrumento jurídico mais adequado dentre todos os analisados.

Os resultados do Projeto foram significativos, como se disse antes, ainda que não tenha sido possível efetivar mudanças arquitetônicas no espaço, nem ainda efetivamente ingressar com a ação judicial para regularização da propriedade, mesmo que todos os documentos estivessem prontos para isso.

A nossa saída da “Portelinha” aconteceu de uma maneira bastante radical e totalmente fora dos propósitos da equipe, que já se encontrava numa etapa bem adiantada dos trabalhos e dos objetivos propostos. O acirramento dos conflitos entre policiais e traficantes se viu exacerbado durante os anos de 2010 e seguintes em consequência do processo de implantação de uma nova política de segurança pública no Rio de Janeiro em vistas dos megaeventos esportivos que iriam acontecer na cidade nos anos de 2014 (Copa Mundial de Futebol) e 2016 (Olimpíadas). Essa política de segurança teve como uma das suas principais estratégias a instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) nas principais favelas da cidade o que teve impactos imediatos nos deslocamentos de grupos armados dentro e fora desses territórios. Não é objeto deste trabalho o detalhamento dos confrontos entre o poder público e os grupos criminosos, mas a situação levou a que fossemos alertados sobre inconveniência da nossa presença no local e a que coletivamente tomássemos a decisão de não expor a equipe a riscos exacerbados. Dessa forma as atividades foram suspensas e até hoje a situação no Complexo da Maré se mantém tensionada.

NOTAS:

1. O Prof. Walter Lopez, da Universidade Piloto de Colômbia/UNIPILOTO, que desenvol-

ve projetos, envolvendo alunos e moradores, em assentamentos localizados na periferia de Bogotá e Jerônimo de Moraes, coordenador do Programa de Aperfeiçoamento Profissional promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento do Rio de Janeiro, ocorrido na década passada, enfocando a melhoria das condições de moradia em cinco favelas cariocas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALFONSIN, BETÂNIA de Moraes; Direito à moradia: instrumentos e experiências de regularização fundiária nas cidades brasileiras. Rio de Janeiro, IPPUR/FASE, 1997.
- _____; Direito a moradia e segurança da posse no Estatuto da Cidade: diretrizes, instrumentos e processos de gestão. Belo Horizonte: Fórum, 2004. 368p.
- _____; Regularização da terra e moradia; o que é e como implementar. Rio de Janeiro, FASE, PÓLIS, COHRE, 2002.
- ARAUJO, Fábio Caldas de; Posse. Rio de Janeiro: editora Forense, 2007
- AZEVEDO TORRES, Marcos Alcino de; A propriedade e a posse: um confronto em torno da função social. Rio de Janeiro: editora Lumen Juris, 2007.
- CABRAL, Gomes Maria de Fátima, et. Al. (org.), Política de Habitação Popular e trabalho social, Rio de Janeiro, DP&A editores, 2005.
- MARICATO, Ermínia; Brasil, cidades: Alternativas para a crise urbana; Petrópolis, R.J., Vozes, 2001.
- SAULE JÚNIOR, Nelson e Outros (org.); Manual de regularização fundiária em terras da União, São Paulo, Instituto Pólis; Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006. 120 p.
- _____, e Outros; Breve retrato das políticas urbanas para a promoção do direito humano à moradia. In Direitos Humanos no Brasil 2007 - Relatório. São Paulo: Rede Social de justiça e Direitos Humanos, 2007.
- SOUZA JUNIOR, José Geraldo de (org.); Introdução crítica ao direito agrário. Brasília: Unb, São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 2002.
- SOUZA, Marcelo Lopes de; Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- ROLNIK, Raquel e Cymbalista, Renato (org.); Instrumentos Urbanísticos contra a Exclusão Social, São Paulo, Polis n.º 29, 1997.